



22 de setembro de 2016

Contatos:

www.pormassas.org

por@pormassas.org

NESTA EDIÇÃO:

- Rejeitar as reformas por meio da greve.
- Aprovemos na Assembleia a luta grevista por nossas reivindicações.

GOVERNO GOLPISTA DE TEMER QUER IMPOR AS REFORMAS TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIA E DO ENSINO MÉDIO. RESPONDER COM MANIFESTAÇÕES MASSIVAS E COM GREVE UNITÁRIA.

Após as eleições municipais, Temer imporá um duro ataque aos trabalhadores. Algumas das medidas que farão parte da reforma trabalhista vieram a público, como o aumento da jornada de trabalho para 12 horas diárias; os contratos por produtividade e por horas trabalhadas e o “negociado sobre o legislado”. Ao invés de 12 horas diárias, é preciso que a classe operária e demais oprimidos levantem a bandeira que unifica os empregados e desempregados, que é a redução da jornada, sem redução do salário. E a escala móvel das horas de trabalho, para que nenhum trabalhador fique desempregado. Ao invés de novos contratos, levantemos as bandeiras de fim da terceirização, efetivação de todos os contratados e férias, 13º e FGTS integrais.

Entre as medidas que compõem a reforma da previdência estão: 1) a exigência de 35 anos de contribuição e mínimo de 65 anos de idade. O que torna quase impossível alcançar a aposentadoria; 2) desvinculação do reajuste do salário mínimo do valor das aposentadorias. O que significa mais miséria para milhões de aposentados; 3) avanço dos planos de previdência privadas, obrigando uma parcela de trabalhadores a pagar outra fonte de contribuição; 4) eliminação de antigas conquistas dos servidores públicos vinculados à educação (aposentadoria especial). Ao invés de medidas de dificultam as aposentadorias, levantemos as bandeiras de um só sistema público, sob o controle da classe operária. Fim da previdência privada e dos planos complementares.

A reforma do ensino médio, que pode vir por meio de Medida Provisória, prevê a flexibilização do Ensino Médio. As disciplinas seriam agrupadas por áreas de conhecimento, com todos os alunos frequentando um ano e meio de aulas comuns e, após esse período, podendo optar por áreas específicas de estudo ou ir direto para o ensino técnico profissionalizante. Trata-se da velha receita para ampliar a precarização do ensino médio, com menos disciplinas e redução para um ano e meio. Como se vê, esse conjunto de três reformas visam a cortar recursos da educação e da previdência. Visam a proteger os lucros dos capitalistas, que ficarão ainda mais livres para aumentar a exploração do trabalho, demitir, terceirizar e eliminar direitos.

Alckmin espera que Temer acelere a aprovação das reformas para ir fundo no ataque ao funcionalismo. Os professores amargam dois anos sem reajuste salarial e enfrentam as piores condições de trabalho. E, certamente, terão de enfrentar as novas medidas contra as aposentadorias, o fechamento de escolas e salas de aulas e o desmonte do ensino médio.

Rejeitar as reformas por meio da greve

Há um sentimento que é comum em todas as escolas, que é o profundo descontentamento. Há uma fala que ecoa em todos os cantos: “ninguém aguenta mais”. E, agora, com as reformas que estão por vir, a pergunta é uma só: o que o sindicato vai fazer?

Esse retrato tem de ser materializado em luta. Os governos só poderão dar um passo a trás se houver grandes mobilizações e se houver greves massivas. As punições de Alckmin, nas últimas greves, ainda pesam sobre um contingente que paralisou por meses. Ainda existe uma divisão entre os professores que foram à greve e que os que não acataram a decisão coletiva das assembleias. Mas, nada disso é superior ao enorme ataque dos governos aos empregos, salários e aposentadorias. Não há outra via de responder às reformas dos governos a não ser a greve. Construamos coletivamente a greve geral. O que significa disposição para convocar as assembleias unitárias do funcionalismo e as manifestações com o conjunto dos trabalhadores.

Aprovemos na Assembleia a luta grevista por nossas reivindicações

As centrais sindicais estão discursando em favor da greve geral. Já foi feito um “esquenta greve geral” e foram marcados mais dois, dia 22 e 29 de setembro. Mas, ao mesmo tempo, a CUT vem reconhecendo o governo golpista, participando das negociações com o ministro do Trabalho, trazendo o golpista para dentro do sindicato e vem se mostrando disposta a participar do CNT (Conselho Nacional do Trabalho), que discutirá as reformas trabalhista e previdenciária. Isso é conciliação de classe. Isso significa se colocar na contramão da greve geral.

A burguesia se unificou em torno do golpe e das medidas antinacionais e antipopulares. Em torno do avanço da privatização, da terceirização e da retirada de direitos por meio das reformas trabalhista, previdência e do ensino médio. Os professores e demais explorados devem se unificar para rejeitar as reformas do governo golpista, mas no campo da independência de classe. Nesse sentido, a assembleia dos professores deve aprovar:

1. **Unidade grevista para pôr abaixo as três reformas dos governos – previdência, trabalhista e do ensino médio;**
2. **Rejeição a todas as ações que levam à conciliação de classes;**
3. **Unificação dos explorados, mas no campo da independência de classe;**
4. **Exigir de Alckmin o reajuste imediato dos salários, estabilidade aos professores da categoria “O”, fim do fechamento de escolas e salas de aulas, defesa de no máximo 25 alunos por sala de aula.**

Por uma Frente Única Sindical em defesa dos empregos, salários, direitos sociais, trabalhistas e previdenciários!